



Número: **0009797-65.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 15ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **19/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes   |                    | Procurador/Terceiro vinculado                              |                            |
|--|--------------------|--|----------------------------|
| JOHNY CLAUDE DE LIMA (AUTOR)                           |                    | JOSE PAULO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO)           |                            |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU) |                    |  |                            |
| COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)                   |                    |  |                            |
| Documentos   |                    |  |                            |
| Id.  | Data da Assinatura | Documento  | Tipo                       |
| 58219 411  | 19/02/2020 11:22   | <a href="#">Petição Inicial</a>                            | Petição Inicial            |
| 58219 415  | 19/02/2020 11:22   | <a href="#">1 - PETIÇÃO INICIAL</a>                        | Petição em PDF             |
| 58219 416  | 19/02/2020 11:22   | <a href="#">2 - PROCURAÇÃO</a>                             | Procuração                 |
| 58219 417  | 19/02/2020 11:22   | <a href="#">3 - DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO</a>            | Documento de Identificação |
| 58219 418  | 19/02/2020 11:22   | <a href="#">4 - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</a>              | Documento de Comprovação   |
| 58219 419  | 19/02/2020 11:22   | <a href="#">5 - DOCUMENTO DO VEÍCULO</a>                   | Outros (Documento)         |
| 58219 420  | 19/02/2020 11:22   | <a href="#">6 - BOLETIM DE OCORRÊNCIA</a>                  | Outros (Documento)         |
| 58219 422  | 19/02/2020 11:22   | <a href="#">7 - DOCUMENTOS HOSPITALARES COMPROBATÓRIOS</a> | Laudo                      |
| 58219 423  | 19/02/2020 11:22   | <a href="#">8 - RESPOSTA ADMINISTRATIVA</a>                | Outros (Documento)         |
| 59797 088  | 25/03/2020 17:25   | <a href="#">Despacho</a>                                   | Despacho                   |
| 60575 458  | 13/04/2020 18:16   | <a href="#">Intimação</a>                                  | Intimação                  |
| 62242 584  | 21/05/2020 09:07   | <a href="#">Resposta</a>                                   | Resposta                   |
| 62242 592  | 21/05/2020 09:07   | <a href="#">RÉPLICA - JOHNY CLAUDE DE LIMA</a>             | Petição em PDF             |
| 63087 386  | 05/06/2020 17:22   | <a href="#">Despacho</a>                                   | Despacho                   |

ANEXO.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE.**

**JOHNY CLAUDE DE LIMA**, brasileiro, solteiro, soldador, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número 225.654.358-78, portador da Cédula de Identidade RG número 10.000.683 SDS/PE, residente e domiciliado na Rua Solmar, 1064, casa 01, Bairro do Janga, Cidade do Paulista, Pernambuco, por seus advogados infra-assinados, devidamente constituídos nos termos do instrumento particular de mandato anexo, com endereço profissional, para os fins do art. 269, § 1º do CPC, situado no endereço constante do timbre abaixo, e cujo endereço eletrônico, para os fins do artigo 270 do CPC, é o **kleitonascimento@live.com**, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, propor a presente

### **AÇÃO DE COBRANÇA**

#### **(SEGURO DPVAT)**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DOS SEGUROS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, com endereço localizado na Rua da Assembleia, nº 100, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.011-904 com endereço eletrônico **faleconosco@seguradoralider.com.br** e **Excelsior Seguros**, inscrita no CNPJ 33.054.826/0001-92, situada à Av. Marquês de Olinda, nº 175, Recife Antigo, Recife/PE, CEP 50.030-901, Fone: (81) 3087-9200 com o endereço eletrônico: **excelsior@excelsiorseguros.com.br.**, pelas razões de fato e de direito adiante aduzidas:

Rua Milton Souza Lopes, 213, Centro - Paulista / PE  
F: 81 98408.7778 - 81 98711.6207 / E: andradesantana333@gmail.com



---

## I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIAL GRATUITA

---

Inicialmente, o(a) Demandante afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86, consoante declaração anexo.

---

## II. DOS FATOS

---

No dia **15/06/2019 às 20:00** a parte Autora sofreu um acidente de trânsito (por abalroamento), é sabido que por conta deste o Autor veio a ficar com sequelas permanentes **HD DE FX MALEOLO LATERAL TNZ DIREITO**, conforme **declaração e atestado médicos** anexos.

Mister se faz necessário frisar que a parte Autora foi para a sua residência pois achara que nada grave havia ocorrido, este por sua vez após dois dias do ocorrido sentindo muitas dores dirigiu-se a Unidade de Pronto Atendimento Olinda (OLINDA/PE) onde o mesmo realizou todos os procedimentos constatando assim a fratura já declarada no parágrafo anterior.

A partir disto, o(a) Demandante solicitou junto às empresas Demandadas, o pagamento do seguro dpvat, conforme lhe faculta a Lei nº 6.194/74, sendo que as referidas seguradoras adimpliram, em 28/10/2019, apenas o valor de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, conforme documento anexo.

Constatada a debilidade da parte autora, em razão de acidente de trânsito, faz jus o mesmo ao recebimento da quantia de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), corrigida desde a data do evento, sendo tal valor corresponde a quantia máxima da indenização.

A partir disto, verificando que o valor correto que deveria ter sido pago ao(à) Demandante era do teto máximo da indenização de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), mas que só foi paga a quantia de **R\$ 843,75** (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), resta ainda o montante de **R\$ 12.656,25** (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), a título de diferença da indenização proveniente do seguro dpvat a ser quitada pelas Demandadas.



A indenização deve atingir o valor máximo em razão das condições socioeconômicas do autor: pessoa de baixa escolaridade, soldador, contando com 42 anos, de modo que a incapacidade parcial deve ser considerada como total.

---

### III. DO DIREITO

---

#### IV.I SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. DIREITO À INDENIZAÇÃO

---

A demanda ora posta à apreciação do Poder Judiciário há muito já se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

A pretensão autoral encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74 e art. 7º da Lei 8.441/92 e Lei 11.482/2007. A partir da Lei 11.945/2009, passou-se a utilizar a tabela contida em seu anexo para quantificar o valor da indenização devida, conforme o grau de invalidez apresentado. Contudo, isto não retira do julgador a possibilidade de interpretar o laudo, de modo que uma suposta incapacidade parcial pode ser considerada como total.

Portanto, tem o Autor o direito ao recebimento da quantia de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais) em razão da debilidade apresentada, acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

---

#### IV. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DA TABELA MÓRBIDA (ANEXO À LEI 11.945/2009).

---

A partir dos acidentes ocorridos em 16/12/2008, está em vigor a tabela constante no anexo à Lei 11.945/2009, que dispõe acerca do percentual da invalidez apresentada pela pessoa vitimada. Conforme a sequela apresentada, o valor da indenização pode chegar a até **R\$ 13.500,00**.

Contudo, diante da situação sociocultural em que está inserida a parte demandante (**soldador, baixo grau de instrução e contando com 42 anos de idade**), e pela incapacidade apresentada pelo mesmo **diante de suas graves sequelas**, forçoso se faz reconhecer a sua incapacidade total para o trabalho antes desenvolvido.

Sendo assim, calha a aplicação, aqui, do disposto no art. 479 do NCPC, para que se reconheça a incapacidade parcial do demandante como sendo total:

**Art. 479. O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de**



**considerar as conclusões do laudo, levando em conta  
o método utilizado pelo perito.**

Outrossim, convém trazer à baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**  
APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208  
TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO  
- Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS.  
SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatorias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatorio que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

No que concerne ao posicionamento do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, há de ser posto o seguinte:

**Acórdão STJ**

RESP 296675/SP; RECURSO ESPECIAL

2000/0142166-2

Fonte

DJ DATA:23/09/2002 PG:00367

Relator

Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR (1110)

Ementa

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO(DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N.6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.

I.O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério



legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n.6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (Resp nº 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Júnior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

**II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.(grifos nossos)**

III. Recurso especial conhecido e provido.

Data da Decisão

20/08/2002

Órgão Julgador

T4 – Quarta Turma

Decisão: Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. Decide a Quarta Turma do STJ, à unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram do julgamento os Srs. Ministros Barros Monteiro e Ruy Rosado de Aguiar. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e César Asfor Rocha.

Portanto, requer a V. Exa. que se digne em considerar a situação fática do demandante (idade, escolaridade, profissão), a fim de aplicar o percentual de invalidez total ou mais favorável ao mesmo.

---

## **VI. DOS PEDIDOS**

---

**PELO EXPOSTO**, requer a V. Exa.:

- a)** os benefícios da justiça gratuita por não ter condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento ou da família na forma da lei 1060/50;
- b)** citação da ré no endereço mencionado para, querendo, responder à presente pretensão no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;



**c)** Acatar o pleito do(a) Demandante para a não realização da audiência de conciliação prévia/mediação, nos termos do parágrafo 5º do Art. 334, uma vez que nesta matéria, as Demandadas não apresentam proposta de acordo

**d)** a produção de prova pericial, a fim de constatar a debilidade permanente ocasionada em razão do acidente de trânsito aqui narrado, bem como a juntada de documentos e depoimento de testemunhas;

**e)** condenar a ré ao pagamento da diferença restante da indenização do seguro DPVAT, correspondendo ao valor integral no montante de R\$ **R\$ 12.656,25** (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), valor este que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso;

**f)** a condenação da ré na verba honorária de sucumbência;

Dá-se à causa o valor de R\$ **R\$ 12.656,25** (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), tão somente para os efeitos fiscais.

Neste temos,

Pede Deferimento.

Recife, 18 de fevereiro de 2020.

**Kleiton do Nascimento Andrade**  
**OAB-PE 45.895**

**Alexsandro Silva de Santana**  
**OAB-PE 49.091**

**José Paulo Barbosa de Oliveira**  
**OAB-PE 51.853**

